



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/MS

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo nº 08335.004200/2023-66

ESTUDOS PRELIMINARES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo Administrativo: 08335.003186/2023-83

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme explanado no Documento de Formalização da Demanda CPL/SELOG/SR/PF/MS (SEI nº 28865604), a contratação de empresa especializada para prestar serviços de conservação e limpeza e lavagem de veículos, faz-se necessária considerando que os atuais contratos vigentes estão em prorrogação excepcional até o dia 30/09/2023, sendo urgente a substituição de ambos com a inclusão do serviço de lavagem de veículos que hoje é inexistente e a frota da SR/MS é bastante significativa.

2.2. Justifica-se a contratação desses serviços em decorrência das seguintes situações:

2.2.1. Quanto à motivação, tem-se que a Polícia Federal possui suas competências definidas no § 1º do artigo 144 da Constituição Federal. Para o exercício de tais competências, deve contar com o apoio da área meio que dará o suporte administrativo, além do que, necessita, para o pleno desenvolvimento da sua atividade-fim, do funcionamento adequado e eficiente de ações na área de infraestrutura, estando entre elas a conservação e a limpeza de suas dependências.

2.2.2. Como benefícios advindos da presente contratação, têm-se a preservação e a manutenção das condições de higienização e salubridade dos ambientes de trabalho, a fim de que se mantenham os padrões adequados para o desenvolvimento das atividades institucionais da Polícia Federal. Ademais, há a necessidade de cuidado e manutenção da frota de veículos que são utilizados em investigações, operações, plantão, ocorrências e demais temas afetos à área de segurança pública.

2.2.3. É importante destacar que o serviço de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis no âmbito da SR/PF/MS é um serviço contínuo, que não pode ser interrompido sob pena de gerar graves prejuízos não apenas ao público demandante por serviços prestados nas Unidades desta Regional, como também ao próprio órgão, uma vez é indispensável manter a higienização e salubridade do seu ambiente de trabalho para o desempenho de quaisquer funções. Dessa forma, faz-se necessária a realização de procedimento licitatório objetivando nova contratação dos serviços de limpeza e conservação.

2.3. A contratação ora pretendida, alinha-se à legislação vigente, quer seja:

2.3.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);

2.3.2. Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998 (Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal);

2.3.3. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o estatuto nacional da

microempresa e empresa de pequeno porte);

2.3.4. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (pagamento de salário em feriados);

2.3.5. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns);

2.3.6. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);

2.3.7. Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal);

2.3.8. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);

2.3.9. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal) ;

2.3.10. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);

2.3.11. Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral);

2.3.12. Portaria nº 443/2018-MPDG (Serviços que serão preferencialmente terceirizados); e

2.3.13. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal) o qual dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

2.4. Os serviços possuem caráter de serviço comum, tratado pela Lei 14.133/21 e Decreto 10.024/19, haja vista possuírem padrões de desempenho, qualidade e características da prestação dos serviços, como usuais do mercado e passíveis de descrição sucintas, podendo ser contratados por meio de Pregão Eletrônico.

2.5. Também possuem natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas da atividade policial fim, haja vista a necessidade de conservação e limpeza de seus bens móveis e imóveis.

2.6. São ainda serviços que podem ser prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 17 da IN 05/2017- SEGES/MPDG, que preconiza:

"I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III"

2.7. Nos termos da Instrução Normativa supracitada, o objeto desta prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedada a relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.8. Ademais, o objeto da contratação alinha-se às diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico 2011/2023 da Polícia Federal, SEI 28865580, aprovado pela Portaria n.º 4453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014 e atualizado pela Resolução n.º 005/2021-CGPF/PF, de 12 de agosto de 2021, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

2.9. Desta forma, tendo em vista as considerações apresentadas, o Termo de Referência deverá ser elaborado com o objetivo de definir de forma clara, detalhada e organizada os serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, com fornecimento de materiais, a serem executados nas dependências das unidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, com dedicação exclusiva de mão de obra, para que não haja solução de continuidade no que tange à manutenção do patrimônio público, atividade necessária por oferecer condições ao cumprimento de dever legal imputado a essa instituição.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para que os serviços sejam prestados com agilidade, eficiência, qualidade e segurança, esta Superintendência opta pela contratação dos serviços terceirizados de limpeza e conservação e lavador de veículos, desde que sejam atendidos os seguintes pré-requisitos:

- 3.1.1. observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso;
- 3.1.2. cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto na fase interna como na fase externa da licitação;
- 3.1.3. dimensionamento adequado dos postos de trabalho e consequente valor estimado, de modo a garantir boa relação custo/benefício;
- 3.1.4. célere instrução do processo, de modo a garantir que não haja solução de continuidade nos serviços ora prestados;
- 3.1.5. a empresa selecionada possua capacidade técnica, financeira e jurídica de prestar os serviços objeto da licitação;
- 3.1.6. a empresa selecionada esteja ciente das especificidades dos serviços a serem prestados, possuindo quadro de funcionários suficiente para atender as exigências a serem definidas no Termo de Referência;
- 3.1.7. as empresas participantes devem observar as Convenções Coletivas das categorias envolvidas na prestação dos serviços vigentes em 2023, bem como a legislação trabalhista vigente.
- 3.1.8. a empresa selecionada esteja ciente de que é um serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em quantidade dimensionada e remunerada conforme a relação de produtividade x área que resultará no custo do metro quadrado a ser limpo.
- 3.1.9. a empresa deve estar ciente de que alguns funcionários serão alocados para prestar os serviços de conservação e limpeza juntamente com atividades de copeiragem e jardinagem, sendo que estes funcionários receberão a gratificação de acúmulo de função conforme previsto nas convenções coletivas correlacionadas.

3.1.10. a empresa deve estar ciente de que em algumas unidades os funcionários alocados farão jus ao adicional de periculosidade.

3.1.11. a empresa deve estar ciente de que as produtividades expressas no Termo de Referência, com o consequente número de funcionários resultantes, não podem ser alterados.

3.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. A pesquisa de preços foi realizada considerando os critérios fixados pela IN 65/2021-SEGES/ME, especialmente em seu art. 5º, que assim estabelece:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente."

4.2. Em consulta ao Painel de Preços no período de 04 a 15/05/2023, com abrangência de todas as compras realizadas nos últimos 12 meses, considerando os CATSER 24031, 23329, 23434 e 23396 - prestação de serviços de limpeza, que abrange os serviços de conservação e limpeza, foram selecionados 04 registros, SEI 29078657, sendo:

- 4.2.1. Pregão 06/2022 - Polícia Rodoviária Federal no Pará;
- 4.2.2. Pregão 08/2022 - Polícia Rodoviária Federal na Bahia;
- 4.2.3. Pregão 15/2022 - Comando do Exército da 4ª Região/MG; e
- 4.2.4. Pregão 64/2023 - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes - DNIT/MG.

4.3. Para a prestação dos serviços de lavador de veículos foram obtidos 05 (cinco) contratos celebrados por outros órgãos, SEI 29078704, sendo:

- 4.3.1. Pregão 02/2020, Contrato 24/2020 - Ministério Público Federal de MG;
- 4.3.2. Pregão 08/2020, Contrato 08/2020 - Polícia Federal na Bahia;
- 4.3.3. Pregão 04/2021, Contrato 01/2022 - Polícia Federal no Espírito Santo;
- 4.3.4. Pregão 07/2022, Contrato 02/2023 - Polícia Federal em Minas Gerais; e
- 4.3.5. Pregão 10/2018, Contrato 21/2019 - Universidade Federal de Minas Gerais.

4.4. Dos resultados obtidos verificamos que os serviços de conservação e limpeza e lavador de veículos são comumente contratados pelos mais variados órgãos públicos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução, isto é, a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados e contínuos de conservação e limpeza e lavador de veículos, a serem executados nas dependências do edifício sede e nas unidades descentralizadas desta SR/PF/MS em todo o estado, será feita no documento Termo de Referência. Nele, constarão todos os pormenores: produtividade, especificidades das áreas a serem limpas, periodicidade das tarefas, carga horária, cargos com CBO, obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE, sanções e política de pagamento e reajuste.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. Considerando que atualmente a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul possui dois contratos vigentes para a prestação dos serviços de conservação e limpeza e está sem contrato ativo para a prestação dos serviços de lavador de veículos quer sejam:

- 6.1.1. Contrato 04/2018, SEI 08335.000957/2018-13, para a prestação dos serviços de conservação e limpeza nas unidades de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, cuja vigência encerrar-se-á em 30/09/2023, sem possibilidade de nova prorrogação;
- 6.1.2. Contrato 05/2018, SEI 08335.002524/2018-01, para a prestação dos serviços de conservação e limpeza nas unidades de Dourados, Naviraí e Ponta Porã, cuja vigência máxima

encerrar-se-á também em 30/09/2023, sem possibilidade de nova prorrogação.

6.2. Por meio do Ofício nº 77/2023/SELOG/SR/PF/MS (SEI nº 28853072) o chefe do SELOG solicitou à área responsável as informações relevantes para a instrução de novo procedimento de licitação, que foram prestadas no Despacho nº 28794780-GTED/SR/PF/MS (SEI nº 28828937). Ato contínuo, foi solicitado ainda a previsão de dois postos de lavador de veículos para atender as necessidades do edifício Sede da SR/MS, conforme Despacho SELOG/SR/PF/MS (SEI nº 28856415).

6.3. De acordo com as informações contidas nos documentos citados, a nova contratação deverá aglutinar em apenas um contrato todas as unidades atendidas pelos dois atualmente vigentes buscando-se, portanto, uma otimização da gestão e fiscalização contratual além de tornar o contrato mais atrativo para a licitação.

6.4. Em se tratando da prestação dos serviços de lavador de veículos, estima-se a contratação de dois postos para retomar a limpeza e conservação da frota da Polícia Federal no estado que fica sob a responsabilidade da Unidade de Transporte da SR/PF/MS.

6.5. Para que os serviços sejam executados com qualidade, eficiência e segurança, a contratação da prestação de limpeza e conservação se dará pela quantidade de metros quadrados a serem limpos em 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho em condições normais, adotando-se índices de produtividade por servente, conforme os parâmetros definidos pela IN nº 05/2017- SEGES/MPDG.

6.6. Estima-se a contratação da prestação dos serviços de limpeza e conservação com base no quantitativo de área expresso a seguir:

Localidade	Unidades	Áreas Internas	Áreas Externas	Esquadrias internas e externas e fachadas
Campo Grande	Edifício-Sede (SR/MS)	7.046,25	18.355,21	2.464,36
	Anexo Funasa	1.568,38	605,25	381,74
	Base GISE (SR/MS)	422,30	25,30	81,50
Corumbá	DPF/Corumbá/SR/PF/MS	729	167,77	16,00
	ESDRAS/Corumbá/SR/PF/MS	100,00	7,25	6,50
Dourados	DPF/Dourados/SR/PF/MS	4.666,67	14.439,40	412,20
Naviraí	DPF/Naviraí/SR/PF/MS	1.544,26	6.874,51	376,80
Ponta Porã	DPF/PPA/SR/PF/MS	473,90	530,85	168,20
	GISE/PPA/SR/PF/MS	782,18	89,91	432,00
	Base/PPA/SR/PF/MS	455,80	329,00	110,00
	Nova Sede/PPA/SR/PF/MS	12,54	34.992,64	25,16
Três Lagoas	DPF/TLS/SR/PF/MS	839,00	2.240,16	248,40

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado da contratação foi obtido através da elaboração da Planilha da Administração, SEI 29229770, de acordo com os seguintes critérios:

7.1.1. Orientações constantes no Caderno Técnico de Limpeza para Mato Grosso do Sul, ano Base 2019;

7.1.2. Convenções Coletivas celebradas entre o SEAC X SINDEAC MS 2023 (SEI nº 29123746) e SEAC x SINDEAC Dourados 2023 (SEI nº 29123768) para os cargos de Encarregado e Auxiliares de Serviços Gerais;

7.1.3. Convenção Coletiva celebrada entre o SETLOG x SINDCARGAS 2022-2023 (SEI nº 29123774), para o cargo de Lavador de Veículos;

7.1.4. Os decretos de definição do valor da tarifa de transporte público vigentes em todas as localidades, SEI 29077430;

7.1.5. Leis e Decretos que definem as alíquotas de ISSQN em todas as localidades, SEI 29124781;

7.1.6. Consulta a CBO dos cargos no site do Ministério do Trabalho e Emprego, SEI 29123779;

7.1.7. Pesquisa de preços do insumo uniformes, sendo Pesquisa Paineis de Preços Uniforme Encarregada (SEI nº 29124281) e Pesquisa Paineis de Preços Uniforme ASG's e Lavador (SEI nº 29124391). A pesquisa foi compilada no Mapa de Preços dos Uniformes (SEI nº 29078170).

7.1.8. Pesquisa de Materiais Utensílios Equipamentos (SEI nº 29228980). A pesquisa foi compilada na Planilha de Materiais Utensílios Equipamentos (SEI nº 29184275)

7.2. Assim, o valor estimado total da contratação é de R\$ 1.770.475,04 (um milhão, setecentos e setenta mil quatrocentos e setenta e cinco reais e quatro centavos) para 12 (doze) meses e de **R\$ 8.852.375,20 (oito milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil trezentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) para 60 (sessenta) meses.**

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A administração da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul optou neste momento por condensar em um único lote todas as localidades de prestação de serviços tendo em vista a economia de escala obtida através de publicações, economia processual, redução de custos com pessoal, equipamentos, como ponto biométrico, maior eficiência na gestão e fiscalização do contrato, dentre outros.

8.2. Ademais, a categoria de auxiliar de serviços gerais, é contemplada por uma convenção coletiva celebrada com abrangência em todas as localidades onde haverá a prestação dos serviços, Convenção Coletiva SEAC X SINDEAC MS 2023 (SEI nº 29123746), exceto para a localidade de Dourados à qual é contemplada pela ela convenção coletiva Convenção Coletiva SEAC x SINDEAC Dourados 2023 (SEI nº 29123768).

8.3. A categoria de lavador de veículos, é abrangida pela convenção coletiva celebrada entre o SETLOG X SINDICARGAS 2022-2023 (SEI nº 29123774). Importante salientar que ainda não há convenção para o período de 2023-2024 para esta categoria.

8.4. Ademais, realizar uma licitação em separado, ou mesmo dividir o grupo em dois, sendo um com o serviço de conservação e limpeza por metro quadrado e o outro com os dois postos de lavador de veículos poderá resultar na não contratação deste último por ser pouco atrativo para as licitantes culminando, portanto, com a continuidade da situação precária em que se encontra o setor demandante.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Atualmente a Superintendência Regional no Mato Grosso do Sul possui contratos vigentes, contudo, ambos não podem mais ser prorrogados, conforme despacho do Chefe do SELOG, SEI 28856415 e o Documento de Formalização da Demanda CPL/SELOG/SR/PF/MS (SEI nº 28865604).

9.2. Há atualmente os seguintes contratos de prestação de serviços que envolvem a alocação de mão de obra:

9.2.1. recepção comum - serão substituídos;

9.2.2. vigilância; e

9.2.3. limpeza e conservação - serão substituídos por esta nova contratação.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. O Plano Estratégico da Polícia Federal 2021/2023, SEI 28865580, prevê que a Polícia Federal deve dispor de apoio logístico efetivo e otimizar o emprego dos seus bens e recursos materiais.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Considerando que a própria legislação recomenda que a atividade de limpeza e conservação seja objeto de execução indireta, na qualidade de atividade material acessória, instrumental ou complementar aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade. Além disso, a conservação dos serviços de limpeza nos moldes atuais trará a respectiva manutenção da eficiência e da qualidade.

11.2. É fundamental destacar que a higienização e salubridade dos ambientes de trabalho são benefícios diretos advindos da presente contratação, a fim de que se mantenham os padrões adequados para o desenvolvimento das atividades institucionais, no âmbito da SR/PF/MS. É válido ressaltar ainda que há a necessidade premente de manter e conservar o patrimônio público, para que possa ser utilizado na satisfação da necessidade pública e do bem comum, atendendo assim os seus propósitos imediatos e mediatos no que tange à economicidade e eficiência.

11.3. Reafirmamos a necessidade da contratação pelo fato de não haver disponibilidade dos cargos e atribuições envolvidos na limpeza e conservação no rol dos cargos da carreira administrativa existente na Polícia Federal.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Para a execução do contrato, não há necessidade de adequações físicas nas unidades de prestação de serviço.

12.2. Os insumos e equipamentos necessários para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa contratada conforme regras a serem definidas no Termo de Referência.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

13.2. O conteúdo dessa matéria também estabelece ações ambientais, visto que a IN nº 05/2017-SEGES/MPDG, exige na contratação em tela a observância de exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, o que será feito por treinamento de empregados da Contratada, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meios de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas dos serviços e obrigações da Contratada e Contratante.

13.3. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pela Contratante, a saber:

13.3.1. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

13.3.2. treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

13.3.3. aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

15.1. A viabilidade justifica-se em razão da experiência adquirida nas contratações pretéritas com o mesmo objeto, além de observar a legislação vigente que rege as contratações no setor Público.

Campo Grande, 31 de maio de 2023.

Cristiane Barbosa
Agente Administrativo
SELOG/SR/PF/MS

Daiane Machado Severo dos Santos Flores
Agente Administrativo
SELOG/SR/PF/MS



Documento assinado eletronicamente por **DAIANE MACHADO SEVERO DOS SANTOS FLORES**, **Agente Administrativo(a)**, em 12/07/2023, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE BARBOSA**, **Agente Administrativo(a)**, em 13/07/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=30134794&crc=044E3561.
Código verificador: **30134794** e Código CRC: **044E3561**.